

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ 22.261.473/0001-85
Belo Horizonte - MG



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2019 E 2018

21. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1, segue a abertura das despesas por natureza:

	2019	2018
Compra de gás	1.435.728	1.166.247
Custos de operação e manutenção da rede	27.967	28.571
Amortização	63.851	51.708
Despesas com pessoal	28.296	35.136
Despesas com materiais e serviços	13.204	13.401
Outras despesas operacionais	9.816	8.645
	1.578.862	1.303.708
Classificadas como:		
Custos dos produtos vendidos	1.514.038	1.242.689
Despesas de vendas, administrativas e gerais	64.824	61.019
	1.578.862	1.303.708

22. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2019	2018
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	10.544	6.320
Juros e multas	2.557	2.160
Atualização monetária	7.776	2.549
Outros	226	302
	21.103	11.331
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(28.927)	(22.701)
Juros sobre parcelamento de retirada mínima anual	-	(8.521)
Juros e multas	(730)	(502)
PIS/COFINS	(729)	(3.889)
Outros	(1.832)	(1.319)
	(32.218)	(36.932)
	(11.115)	(25.601)

23. Participação nos resultados

A participação nos lucros e resultados é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo e montou R\$6.582 em 2019 (R\$7.425 em 2018).

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Nível	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Custo Amortizado				
Titulos e Valores Mobiliários	1	11.481	11.481	11.972
Contas a receber de clientes	2	161.268	161.268	106.994
Valor Justo por meio de Resultado				
Ativo financeiro da concessão	3	23.663	23.663	17.213
Aplicações financeiras (equivalentes a caixa)	1 e 2	14.867	14.867	43.124
Titulos e Valores Mobiliários	2	66.127	66.127	49.065
		277.406	277.406	228.368
Passivos Financeiros				
Custo Amortizado				
Debêntures e notas promissórias	2	1.035.554	1.035.554	274.916
Arrendamentos	2	7.983	7.983	-
Fornecedores	2	151.376	151.376	141.596
		1.194.913	1.194.913	416.512

Os valores dos ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/preificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

b) Gestão de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- i) Risco de crédito;
- ii) Risco de liquidez;
- iii) Risco de mercado;
- iv) Risco regulatório.

A Companhia mantém políticas de gerenciamento de riscos e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, advindos da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Além disso, a maior parte das receitas de vendas provém de grandes indústrias, com sólida situação financeira. A Companhia efetua análises individuais dos saldos em atraso e registra provisão para os créditos que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. A provisão para perdas de crédito esperada, registrada no montante de R\$7.489 em 31 de dezembro de 2019 (R\$7.306 em 31 de dezembro de 2018) representativos de 4,6% em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018, 6,8%) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. A composição de vencimentos e movimentação da provisão foi demonstrada na nota explicativa nº 6.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$17.956 em dezembro de 2019 (R\$45.528 em 2018), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Titulos e valores mobiliários

A Companhia possui operações financeiras contratadas em instituições financeiras, a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 30 dias, sob pena de incidência de IOF, sendo remuneradas por taxas vinculadas ao CDI, no valor de R\$66.127 em dezembro de 2019 (R\$49.065 em 2018). Também possui Letras Financeiras do Tesouro adquiridas como garantia parcial da operação de emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$11.481 em dezembro de 2019 (R\$11.972 em 2018).

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Debêntures e notas promissórias	1.035.554	1.097.607	7.255	955.742	58.566	76.044
Arrendamentos	7.983	9.108	506	2.530	3.036	3.036
Fornecedores	151.376	151.376	151.376	-	-	-
	1.194.462	1.258.091	159.137	958.272	61.602	79.080

iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado nas notas explicativas nº 4 e 5.

As captações são provenientes de emissões de debêntures públicas e privadas (BNDES) e notas promissórias, conforme nota explicativa nº 12. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas e privadas de debêntures e notas promissórias efetuadas, as quais são indexadas à variação da SELIC, CDI e da TJLP. A taxa CDI acompanha taxa SELIC. Os valores da citada exposição estimados pela Companhia, consideram o resultado da alta da taxa de 25% e 50%, respectivamente, bem como possuem como base as taxas de juros projetadas por seus consultores financeiros para o próximo exercício e são apresentados a seguir:

	2019		2020 - Projeções	
	Valor contábil	Selic 4,50% TJLP 5,04%	Selic 5,63% TJLP 6,30	Selic 6,75% TJLP 7,56%
Ativos - variação pelo CDI/SELIC				
Aplicações financeiras - circulante	14.867	15.536	15.704	15.871
Titulos e valores mobiliários - circulante	65.941	68.908	69.653	70.392
Titulos e valores mobiliários - não circulante	11.667	12.192	12.324	12.455
	92.475	96.636	97.681	98.718
Passivos				
Debêntures (SELIC) - circulante	(10.233)	(10.693)	(10.809)	(10.924)
Debêntures (TJLP) - circulante	(22.734)	(23.880)	(24.166)	(24.453)
Debêntures (CDI) - circulante	(20.018)	(20.919)	(21.145)	(21.369)
Notas Promissórias (CDI)-circulante	(861.697)	(900.473)	(910.211)	(919.862)
Debêntures (SELIC) - não circulante	(18.895)	(19.745)	(19.959)	(20.170)
Debêntures (TJLP) - não circulante	(41.977)	(44.093)	(44.622)	(45.150)
Debêntures (CDI) - não circulante	(60.000)	(62.700)	(63.378)	(64.050)
	(1.035.554)	(1.082.503)	(1.094.289)	(1.105.978)
	(943.079)	(985.867)	(996.608)	(1.007.260)
Passivo líquido exposto				
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(42.788)	(53.529)	(64.181)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme divulgado na nota explicativa 19 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia em 2019 no montante de R\$1.858.054 mil decorre substancialmente do fornecimento de gás. Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se ao volume de gás fornecido porém não faturado aos clientes ("receitas não faturadas"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. Os saldos de contas a receber relativos ao fornecimento faturado e não faturado montam R\$55.292 mil e R\$105.976 mil em 31 de dezembro de 2019, respectivamente, e estão divulgados na nota explicativa 6 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas tanto ao processo de faturamento, o qual é altamente dependente de sistemas informatizados, quanto de estimativa da receita de fornecimento não faturado, a qual leva em consideração dados históricos, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia, inputs manuais, além de julgamento por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada no correto período de competência.

iv) Risco regulatório

Por meio da celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, ocorrida em 19 de setembro de 2019, a Companhia assumiu como metas de expansão para o ciclo tarifário de 2018 a 2022: (i) implantar redes de gás canalizado em municípios localizados em pelo menos sete mesorregiões do Estado de Minas Gerais; e (ii) atingir a marca de 100 mil clientes atendidos até o fim de 2022. O não atingimento das metas assumidas no âmbito do Terceiro Termo Aditivo poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, como advertência, multa, ou em última hipótese, a decretação de caducidade, nos termos do Contrato de Concessão.

25. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais, com as instituições seguradoras, compreendendo a rede de distribuição, equipamentos, imóveis, automóveis para atendimento a emergências e responsabilidade civil em valores considerados suficientes pela Administração, como segue:

	Data de vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil - rede de distribuição de gás/terceiros	15/12/2019 a 15/12/2020	60.000
Multirrisco - instalações	01/01/2019 a 01/01/2020	41.899
Automóveis operação	07/07/2019 a 07/07/2020	500
Automóvel administrativo	25/10/2019 a 25/10/2020	100

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

A apólice Multirrisco - Instalações foi renovada, com nova vigência de 01/01/2020 a 01/01/2021.

A apólice Automóvel Administrativo tem cobertura para danos ao próprio veículo, pelo valor da tabela FIPE.

26. Informações por segmentos operacionais

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

27. Eventos subsequentes

COVID-19 - Coronavírus - Impactos nos negócios da Gasmig

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de gás e consequentemente da receita de venda de gás, bem como incremento na inadimplência, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e de eventos nas instalações da Gasmig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

Reajuste tarifário

Por meio da resolução nº 13 de 19 de março de 2020, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - SEDE aprovou a aplicação de tarifas promocionais por parte da GASMIG para as classes de consumidores industrial, de gás natural comprimido industrial, cogeração e automotivo, as quais só poderão ser aplicadas até a data de 30 de abril de 2020, com redução média de 5% em relação às tarifas que estavam vigentes desde novembro de 2019, autorizando-se ainda que as diferenças entre os valores das tarifas promocionais e regulamentares, sejam computadas em conta compensatória, a ser futuramente revertida em componente da tarifa de gás canalizado. Nesta mesma resolução, foram estabelecidas também as novas tarifas de gás que vigorarão subsequentemente, e que poderão ser alteradas em decorrência de variações, para mais ou para menos, do custo de gás adquirido pela Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA	
Pedro Magalhães Bifano	Diretor-Presidente
Gilberto Moura Valle Filho	Diretor Administrativo e de Governança Corporativa/Diretor Financeiro Interino
Luiz Antônio Vicentini Jorente	Diretor Técnico-Comercial
Daniela Infante Borges	Gerente de Controladoria - CRC-MG86.408/O-8

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) confirmação externa e inspeção física de documentação suporte para uma amostra de lançamentos contábeis de receita; (iii) recálculo da receita não faturada, incluindo a análise da documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 a), 6 e 19, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202004090113280151.